

Dissertações

Defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ *Campus* de Marechal Cândido Rondon em 2015

Esion Fernando de Freitas, Micheli Danzer, Josiane de Oliveira Medeiros Führ, Douglas Cristian Coelho, Suelen Terre de Azevedo, Karoline Bueno

Esion Fernando de Freitas

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Vanderlinde

Data da defesa: 25/03/2015

Banca: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho (UFPR), Prof. Dr. Samuel Klauck (UNIOESTE).

Título: Territorialidade e Identidade no Pentecostalismo Brasileiro: as Marchas para Jesus

Resumo: Este trabalho analisa o campo religioso pentecostal brasileiro, enfocando a questão da identidade religiosa em sua dimensão territorial num contexto de pluralismo e modernidade religiosa da sociedade brasileira. A Marcha para Jesus é nosso objeto de análise, compreendida como um território identitário surgido num contexto de (re)territorialização do movimento pentecostal. Assim, nessa lógica (re)territorializadora, destacamos o lugar da MPJ como território que (re)elabora as identidades pentecostais imersas num processo de modificações litúrgicas, comportamentais e teológicas que se acentuou nos últimos trinta anos, direcionando assim a identidade religiosa para o futuro, não limitando-se apenas em destacar elementos já tradicionais do movimento pentecostal. Desta maneira, além de (re)elaborar identidades, também demonstramos a Marcha como (re)afirmadora dessas identidades, e isso por meio da visibilidade que se obtém ao ser um evento realizado em espaço público e de cunho interdenominacional. Assim, entremeando entre outros elementos, a centralidade na pessoa de Jesus, a Teologia da Batalha Espiritual e a Cultura Gospel, a Marcha definiu-se como um território flexível e compartilhado, contribuindo para a estabilização de percursos identitários no seio do pentecostalismo brasileiro.

Palavras-chave: Pentecostalismo; Território; Multiterritorialidade e identidade religiosa.

**Josiane de Oliveira
Medeiros Führ**

Orientador: Prof. Dr. Edson
dos Santos Dias

Data da defesa: 22/04/2015

Banca: Profª Drª Angela Maria
Endlich (UEM), Prof. Dr. Fábio
de Oliveira Neves
(UNIOESTE), Prof. Dr. José
Edézio da Cunha
(UNIOESTE)

Título: Aplicabilidade do Código Florestal em APPS Fluviais Urbanas: Estudo na Cidade de Marechal Cândido Rondon - PR

Resumo: A presente pesquisa, realizada na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR, tem como objetivo analisar a aplicabilidade do Código Florestal em áreas urbanas. Mediante revisão bibliográfica, confecção e análise de mapas, trabalhos de campo e entrevistas, foi possível constatar que a especulação imobiliária, a má distribuição de renda e a supervalorização dos terrenos impelem a população carente a ocupar fundos de vale e outros locais listados no Código Florestal (Lei 12.651/12) como Área de Preservação Permanente (APP). Na prática, as normas do Código relativas às APPs fluviais urbanas têm sido largamente desobedecidas, tanto em decorrência da proliferação de assentamentos informais, como pela implantação de projetos de parcelamento urbano, realidade que se associa a graves prejuízos ambientais, como o assoreamento dos corpos d'água. Observa-se, ainda, grandes contradições nas normas que regulam as APPs entre a legislação ambiental e urbanística, tanto na esfera federal como municipal. Tal fato acarreta as constantes discussões acerca da inaplicabilidade do Código Florestal em áreas urbanas. Nesse âmbito, uma das alternativas a ser analisada é a flexibilização das normas que regulam as APP, não no que se refere aos limites, mas no que concerne ao uso. Uma solução eficaz é a implantação de parques lineares, que se destacam como o projeto mais adequado por conciliar recreação, embelezamento do urbano, controle da inundação e melhoria na qualidade da água. O parque linear torna-se, atualmente, uma alternativa estruturadora de programas ambientais em áreas urbanas, sendo utilizado como instrumento de planejamento e gestão das áreas marginais aos cursos d'água, buscando aliar tanto os aspectos urbanos e ambientais como as exigências da legislação. A aplicabilidade do Código Florestal em áreas urbanas ainda levanta muitos questionamentos. O principal problema ainda reside no fato de que o novo Código Florestal, em sua gênese, não foi pensado para ser aplicado nas cidades. Isso significa que há um conjunto de questões ambientais relacionadas ao urbano que ainda se encontra em aberto e, mais cedo ou mais tarde, exigirá um pensar e debate que resulte em uma legislação específica. Diante disso, o estudo realizado visa contribuir para essa questão polêmica e atual, ao analisar as alterações trazidas com a promulgação da nova lei que, de forma direta, afeta a qualidade de vida da população urbana.

Palavras-chave: Novo Código Florestal; Urbano; Áreas de Preservação Permanente.

Micheli Danzer

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanda
Moreira Martins

Data da defesa: 23/04/2015

Banca: Prof^a Dr^a Maria Teresa
de Nobrega (UEM), Prof. Dr.
Ericson Hideki Hayakawa
(UNIOESTE).

Título: Relação solo-relevo na subunidade morfoescultural
de Nova Santa Rosa – PR

Resumo: A compreensão do solo e do relevo resulta da preocupação com as consequências ambientais históricas, relacionadas ao uso, cobertura e interferências na dinâmica e evolução dos sistemas pedológicos. Descrever as relações entre o solo e o relevo permite compreender a sua distribuição espacial e a ação dos fatores que desencadeiam e/ou controlam sua dinâmica e evolução. Por isso, a identificação e a descrição das formas de relevo, das vertentes e das classes de solos associadas constituem a base para a interpretação e conservação dos ambientes. Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi caracterizar e entender as relações entre os solos e a morfologia das vertentes, por meio da utilização de técnicas e ferramentas de geotecnologias. Estas, somadas às observações e inspeções em campo, auxiliaram na identificação dos tipos e formas de relevo e das vertentes, bem como na delimitação e descrição dos sistemas pedológicos que integram a subunidade morfoescultural de Nova Santa Rosa, localizada na região Oeste do Paraná. A referida subunidade, definida por Bade (2014) a partir da compartimentação morfoescultural da Bacia do Paraná III, foi selecionada e estudada com base na proposta de taxonomia e classificação do relevo de Ross (1992). Os dados de declividade e hipsometria, das formas de relevo e das vertentes, dos solos e da estrutura geológica, obtidos por meio das cartas temáticas, foram os principais resultados. O estudo permitiu, também, reunir importantes informações sobre a organização espacial dos sistemas pedológicos ao longo das vertentes e assim, entender sua evolução nas diferentes escalas das unidades de paisagem.

Palavras-chave: declividade; morfologia da vertente;
sistemas pedológicos.

Douglas Cristian Coelho

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

Data da defesa: 10/06/2015

Banca: Prof. Dr. Wagner José Moreira (UNIOESTE), Prof. Dr. Sedeval Nardoque (UFMS).

Título: Conflitos Agrários na Fronteira entre o Brasil e o Paraguai: o Caso de Colônia Marangatú/PY

Resumo: Esta dissertação tem como objetivo principal compreender a apropriação da terra e analisar os conflitos agrários na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, especificamente na Colônia Marangatú, pertencente ao distrito de Nueva Esperanza e ao Departamento de Canindeyú-Paraguai. Devido à expansão de atividades agrícolas ligadas ao agronegócio da soja, principalmente a partir da década de 1990, houve grande valorização das terras da região, aguçando o interesse de grileiros e latifundiários sobre áreas não tituladas ou escrituradas de Marangatú. No contexto de expansão do agronegócio e de valorização fundiária, iniciaram-se expedientes de grilagens das terras não tituladas da Colônia, desdobrando-se em expropriações, violências e expulsões de camponeses *brasiguaios* e paraguaios, que realizavam produções nas áreas a partir da compra do direito de posse de terceiros, algumas destas compras realizadas a mais de 30 anos. Portanto, buscamos interpretar o processo de apropriação da terra na Colônia Marangatú-Paraguai a partir de expedientes de grilagens de terra, falsificação de documentos, violências de diversas naturezas, corrupção de autoridades paraguaias dentre outros. Por fim, verificamos quais as relações das apropriações das terras não tituladas com os interesses do agronegócio latifundiário na Colônia.

Palavras-chave: Fronteira; Conflitos agrários; Brasiguaios; Latifundiários; Agronegócio.

Suelen Terre de Azevedo

Orientador: Prof. Dr. Edson
Belo Clemente de Souza

Data da defesa: 26/06/2015

Banca: Prof. Dr. Guillermo
Alfredo Johnson (UFGD),
Prof. Dr. Nilceu Jacob Deitos
(UNIOESTE).

Título: A transfronteirização entre Brasil e Paraguai: a saúde nos municípios margeados pelo lago de Itaipu

Resumo: A dissertação de que trata este resumo analisa a problemática do atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) na fronteira do Brasil com o Paraguai, especialmente nos municípios paranaenses que fazem parte do Sistema Integrado de Saúde nas Fronteiras (SIS-Fronteiras), abrangendo os municípios de Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu. As propostas de cooperação transfronteiriça apresentam-se como estratégia de integração entre as comunidades dos dois países. Para o desenvolvimento do estudo da dissertação foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: análise de alguns instrumentos de gestão territorial das fronteiras europeias, enquanto experiências exitosas de cooperação transfronteiriça; revisão de literatura sobre pesquisas de saúde na fronteira; análise e compilação de dados através das páginas eletrônicas do Ministério da Saúde; DATASUS e Ministério das Relações Exteriores; além de entrevistas qualitativas com agentes de saúde e usuários transfronteiriços do SUS.

Palavras-chave: Saúde pública; Cooperação transfronteiriça; Fronteira Brasil-Paraguai.

Karoline Bueno

Orientador: Prof. Dr. José
Edézio da Cunha

Data da defesa: 05/09/2015

Banca: Prof. Dr. Vanderlei
Leopold Magalhães (UTFPR),
Profª Drª Vanda Moreira
Martins (UNIOESTE), Profª
Drª Karin Linete Hornes
(UNIOESTE)

Título: Fragilidade Ambiental do Município de Guaíra – PR

Resumo: O presente estudo é fruto da necessidade do entendimento da dinâmica da paisagem do município de Guaíra, situado na mesorregião oeste do estado do Paraná e do reconhecimento de suas fragilidades ambientais. Esse entendimento se faz relevante, sumariamente, a partir da realidade do quadro natural do município que se estende por uma área de contato e transição entre as rochas basálticas de formação Serra Geral e as rochas areníticas da formação Caiuá, fator este que acarretam na paisagem configurações diferentes de fragilidade. A partir disso, objetivou-se o reconhecimento dessas distintas configurações, para melhor planejar o uso e ocupação deste território, de modo a não torná-lo ainda mais frágil e instável diante de ações antrópicas inadequadas às características limitantes do quadro natural. Para a conclusão desta pesquisa foi adotada uma proposta metodológica elaborada pelo geógrafo Jurandyr Luciano Sanches Ross (1990-1994) que consiste na utilização do conceito de Unidades Ecodinâmicas de Instabilidade Potencial e de Instabilidade Emergente, classificadas em graus de fragilidade. Para buscar o entendimento dessas fragilidades foi necessário o mapeamento de características do município de Guaíra, levando em conta o reconhecimento local da geologia, do relevo e dos solos, além do mapeamento do uso da terra. O cruzamento das cartas temáticas com as informações básicas resultaram em duas cartas de síntese que representam as delimitações das áreas de fragilidade potencial e emergente do município. Dentre as conclusões da pesquisa, destaca-se a confirmação de uma “pré-hipótese” sobre a fragilidade potencial inerente às áreas de rochas sedimentares, juntamente com os solos oriundos dessas, configurando-se em maior grau de instabilidade e fragilidade na paisagem. Em relação às fragilidades emergentes constatadas na paisagem evidenciam-se certas incoerências no uso da terra que determinam, em porções de ambas as coberturas litológicas, caráter de maior instabilidade, tendo então como determinantes na fragilidade conferida outras variáveis do terreno, como solo e relevo, combinados com as práticas agrícolas de monocultivo temporário.

Palavras chave: Paisagem, Mapeamento, Instabilidade.